



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 30 de junho de 2026

ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 30 de junho de 2026

LOCAL: 9º andar, Sala de Reuniões 902, MPS

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Felipe Cavalcante e Silva CRPS – Thiago Barbosa Lacerda DIGOV – Ana Cristina Evangelista CC/PR – Letícia Gomes Maia SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Carlos Alberto Tomé CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas CUT – Renato Carvalho Zulato CSB – Ernesto Luiz Pereira Filho FS – Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato	Representantes dos Empregadores CNI – Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira CNC – Hélio Queiroz da Silva CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento
Equipe Técnica Secretaria Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida	Palestrantes

Ouvintes/Convidados CNM – Mário Rattes SRGPS – Miriam Fernandes de Faria SRGPS – Solange Stein ANEPS – Maria Andrade DATAPREV – Edivan Nogueira Júnior CUT – Vitória Rodrigues Costa CRA – Carolina Macedo ASCOM/INSS – Rafael Ely ASCOM/MPS – Thays ASCOM/MPS – Renata Brumano INSS – Ana Marcia Fassbender Prata INSS – Leonardo Bittencourt MPS – Izac Menezes Júnior UGT – Ricardo Patah

Degrazia – Maria Clara Cerqueira Andrade

TV Globo – Thiago Resende

Álvaro Fagundes

1 **I – ABERTURA**

2 Presidindo a mesa, o **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** abriu a 326ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
3 de Previdência Social (CNPS), cumprimentando a todos(as). Informou que o presidente do CNPS e ministro da Previdência
4 Social, Wolney Queiroz Maciel, participaria da reunião assim que possível. Em seguida, aprovou-se a ata da 325ª Reunião
5 Ordinária do CNPS pela unanimidade dos(as) presentes.

6

7 **II – ORDEM DO DIA**

8 Ato seguinte, instaurou-se a pauta da atualização sobre o pagamento do ressarcimento relativo aos descontos associativos
9 e valores devidos por entidades. O Sr. **Presidente Substituto** explicou que o prazo para novas contestações tinha se
10 encerrado em 20 de junho e detalhou que mais de 5,5 milhões de pessoas tinham protocolado solicitações de reembolso,
11 totalizando 6,4 milhões de contestações. Acrescentou que as entidades apresentaram comprovação dos descontos em 1,6
12 milhão de processos e disse que já tinham sido devolvidos aos segurados mais de R\$ 3,1 bilhões. Lembrou que ainda havia
13 processos em tramitação e apresentou a distribuição de valores ajuizados por entidade, explicando que, por esse motivo,
14 o valor total do ressarcimento ainda não está finalizado, o que deverá ser concluído em breve. Ato seguinte, instaurou a
15 pauta sobre as ações de combate à fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a palavra, o Sr. **Leonardo**
16 **Bittencourt**, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (DIRBEN/INSS),
17 resumiu que, à data, na fila (estoque) do Reconhecimento Inicial de Direito (RID), eram 825 mil processos aguardando por
18 até 45 dias, 555 mil processos aguardando há mais de 45 dias e 451 mil processos que dependiam de ações do segurado
19 para ter andamento, totalizando 1,8 milhão. Segmentou a fila por tipo de requerimento e detalhou os processos que
20 aguardavam há mais de 45 dias, portanto, de fato, considerados como estoque. A seguir, falou sobre o aumento do volume
21 de requerimentos mensais, cuja média era de 1,3 milhão, e afirmou que, mesmo com o aumento, o estoque estava sendo
22 reduzido. Declarou que o tempo médio para deferimento dos requerimentos estava em 50 dias, informou que o estoque
23 à data era o menor desde setembro de 2024 e disse que a média de concessões passava dos 700 mil por mês, com a
24 demonstração de que os números de processo concedidos vêm aumentando, o que reforça ser equivocada a narrativa de
25 que o INSS indefere os benefícios automaticamente. Ainda, relatou que o volume de reclamações recebidas pelo INSS, a
26 partir de março/2026, em decorrência da demora da concessão de benefícios estava em queda e enumerou as principais
27 ações do Acelera INSS, que visava a redução da fila. Elencou as 10 principais ações do INSS para chegar a esse resultado.
28 Aberto às manifestações, o Sr. **Rolando Medeiros** falou sobre a redução do número dos servidores do INSS mesmo diante
29 do aumento do número de requerimentos e cobrou o envio aos conselheiros do documento encaminhado ao Ministério
30 da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) solicitando 10 mil novos servidores para o INSS, conforme prometido
31 na reunião anterior. Descreveu a falta de equipamentos nas agências do INSS, cobrando providências, relatou os casos de
32 sucessivos reagendamentos de perícias, criticando os pontos facultativos em dias de jogos da seleção brasileira na Copa
33 do Mundo de Futebol Masculina e nas emendas de feriados, enquanto estavam sendo pagos extras por trabalho aos finais
34 de semana. O Sr. **Presidente Substituto** confirmou que o Ministério da Previdência Social (MPS) tinha solicitado 10 mil
35 novos servidores para o INSS, ao que, até então, tinham sido deferidos apenas 300, porém condicionados à liberação

36 orçamentária. Adiante, o Sr. **Hélio Queiroz** lembrou a sua solicitação para que fosse pautada a questão da portabilidade
37 dos benefícios, que seria liberada para todas as instituições, sugerindo a manifestação do CNPS como contrário à
38 permissão, que definiu como perigosa tanto para os aposentados e pensionistas quanto para a própria previdência social.
39 O Sr. **Presidente Substituto** respondeu que o MPS solicitou o veto da Lei nº 15252, de 4 de novembro de 2025, que dispõe
40 sobre os direitos das pessoas usuárias dos serviços financeiros, com relação ao dispositivo que permitirá a portabilidade
41 irrestrita, porém o Governo entendeu que os aposentados não são incapazes e poderiam decidir por si só sobre a
42 portabilidade. Somou que a Resolução CMN nº 5.058, de 15 de dezembro de 2022, que à data tratava da portabilidade,
43 estaria válida até julho de 2027, mantendo, portanto, as regras do leilão da folha e da portabilidade, e explicou que, após
44 o prazo, era possível que a Previdência Social migrasse para o modelo de credenciamento de instituições, em substituição
45 ao leilão. Após, o Sr. **Eduardo de Vasconcellos Correia Annunziato** observou que, na planilha de valores devidos por
46 entidade em decorrência dos descontos associativos, oito instituições constavam com o mesmo valor, ao que o Sr.
47 **Presidente Substituto** explicou que eram entidades distintas, porém abarcadas por um mesmo processo. Ainda, o Sr. **Ari**
48 **Aloraldo do Nascimento** pediu a inclusão das Guias de Recolhimento da União (GRU) no relatório sobre as entidades
49 responsáveis pelos descontos associativos indevidos, afirmando que os documentos não apresentavam as informações
50 sobre o que os valores se referiam e argumentando que as entidades tinham direito à defesa e que, com os dados
51 apresentados não era possível fazer um balanço da situação, o que é necessário ser discutido no âmbito do Conselho. O
52 presidente substituto disse não haver impedimento em aprofundar o debate sobre o tema. Então, a Sra. **Ana Cristina**
53 **Evangelista** informou que a atual gestão do INSS estava muito preocupada com os servidores e as condições de trabalho
54 e garantiu que, no segundo semestre de 2026, seriam entregues 2.400 computadores para as Agências da Previdência
55 Social (APS). Somou que a aquisição de outros equipamentos, como impressoras, scanners e cadeiras estava sendo
56 providenciada. O Sr. **Presidente Substituto** acrescentou que a entrega dos equipamentos estava atrasada porque a
57 empresa licitada desistiu do contrato e o processo precisou ser retomado. Isto posto, o Sr. **Rolando Medeiros** solicitou
58 que informações como a da licitação fossem transmitidas ao CNPS e discorreu sobre a questão da insalubridade gerada
59 pela decadência das Agências do INSS, informando que, em alguns casos, apenas parte dos funcionários de uma Agência
60 recebiam adicional de insalubridade. Cobrou a realização dos estudos de insalubridade. Ato contínuo, passou-se à
61 apresentação sobre os dados das perícias médicas, ao que o Sr. **Álvaro Fagundes** anunciou que, em novembro de 2025,
62 foi identificado o maior número de pessoas esperando por perícia na história, totalizando 1,2 milhão de segurados.
63 Afirmou que, à data, a fila contava com 394 mil pessoas, das quais 126 mil tinham solicitado benefícios por incapacidade
64 temporária e, 216 mil, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 52 mil de outros benefícios, como os da Lei
65 Complementar 142/2013. Falou sobre os mutirões e apresentou o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), que
66 visava aumentar a capacidade operacional da perícia médica através dos serviços extraordinários. Falou sobre a nova
67 modalidade de concessão de benefício por incapacidade por meio de análise documental, que não depende de perícia
68 presencial, .que contava com uma fila de 81 mil processos e cuja tramitação levava, em média, 8 dias. Resumiu que o
69 tempo médio nacional de espera pela perícia era de 29 dias e apresentou os dados da fila por Unidade da Federação.
70 Somou que o tempo de espera deveria se estabilizar, tendo em vista que os requerimentos estavam sendo atendidos no

71 prazo de menos de um mês. Discorreu sobre a capacidade operacional da perícia médica, citou as antecipações de
72 atendimentos e relatou que o ponto facultativo do dia anterior, em decorrência do jogo da seleção brasileira na Copa do
73 Mundo, tinha afetado 9 mil agendamentos, todos no período vespertino, sendo estes reagendados em agendas
74 extraordinárias. O Sr. **Rolando Medeiros** garantiu que a APS de Niterói, no Rio de Janeiro, ficou fechada durante o dia
75 todo, ao que o Sr. **Presidente Substituto** disse que as horas do período da tarde precisariam ser compensadas, enquanto
76 o período da manhã seria tratado como falta não justificada. Seguindo com as manifestações, o Sr. **Renato Zulato** relatou
77 os problemas técnicos enfrentados com o Meu INSS nas áreas rurais, contando que, em alguns casos, a espera pela perícia
78 chegava a 180 dias. O Sr. **Álvaro Fagundes** garantiu que a espera máxima pela perícia era de 80 dias e falou sobre a
79 ferramenta Governo na Ponta, que lembrava os segurados sobre os agendamentos, a fim de reduzir a perda de
80 agendamentos por não comparecimento do requerente. O Conselheiro **Ari Alorald do Nascimento** registrou a
81 necessidade de debater as dificuldades enfrentadas pelos servidores quanto às condições de trabalho nas APS nas
82 localidades mais distantes do país, assim como os desafios para os segurados que é o uso e acesso aos recursos
83 tecnológicos para facilitar o acesso aos direitos previdenciários. Somou que essas dificuldades devem ser discutidas no
84 âmbito político, a fim de garantir que as políticas públicas surtam os efeitos almejados e realmente alcancem todos os
85 cidadãos. Adiante, instaurou-se a pauta sobre o plano de cumprimento dos Acórdãos do Conselho de Recursos da
86 Previdência Social (CRPS) pelo INSS. O Sr. **Leonardo Bittencourt** apresentou o plano estratégico que visava cumprir os
87 Acórdãos do CRPS, que partia da espécie da decisão e começava pelos Acórdãos que gerariam benefícios aos segurados e
88 que estavam aguardando provimento há mais tempo. Resumiu que eram 259 mil Acórdãos a serem cumpridos em maio,
89 total reduzido para 221 mil em junho. Disse que 127 mil processos tinham ingressado no Programa de Gerenciamento de
90 Benefícios (PGB) do INSS e falou sobre a criação de um Grupo de Trabalho (GT), composto por 70 servidores e que deveria
91 atuar na implementação dos demais Acórdãos. Detalhou as fases do plano, que começaram a ser implementadas em
92 junho, a saber: 1ª fase – inclusão dos benefícios por incapacidade e BPCs no PGB e criação do GT ao longo de 90 dias; 2ª
93 fase – expansão do plano para outros benefícios; 3ª fase – inclusão de meta mínima mensal de cumprimento de Acórdãos
94 por servidor. Argumentou que os objetivos do plano envolviam a redução progressiva da idade média do acervo, a maior
95 efetividade no cumprimento dos Acórdãos, a melhoria da resposta ao cidadão e o aprimoramento do tratamento dos
96 processos recursais. Posteriormente, instaurou-se a pauta sobre a redução do prazo para inclusão de processos no
97 Programa de Gerenciamento de Benefícios – Medida Provisória nº 1.369/2026. O Sr. **Leonardo Bittencourt** resumiu que a
98 redução do escopo do Programa de Bônus foi uma solução encontrada para combater o limite de capacidade operacional
99 do PGB. Disse que, à data, eram 3,6 mil servidores no PGB, que analisavam 262 mil processos por mês, e explicou que a
100 redução do prazo de 45 para 30 dias geraria um incremento de 29% da produção mensal, passando dos 345 mil processos
101 por mês. Por fim, passou-se à apresentação sobre a inauguração da Agência Flutuante da Previdência Social - PREVBarco
102 Belém II e rede de atendimento flutuante do INSS. Com a palavra, a Sra. **Ana Cristina Evangelista** afirmou que o PREVBarco
103 contribuía com a amplitude da política pública e contextualizou o seu funcionamento, informando que a unidade Belém II
104 atenderia comunidades dos Estados do Pará e do Amapá. Reforçou que todos os serviços seriam realizados
105 imediatamente, sem a necessidade de retorno dos segurados, e apresentou a estrutura da embarcação. Resumiu que o

106 PREVBarco poderia realizar 60 perícias, 20 avaliações sociais e 150 atendimentos de requerimento inicial de benefício por
107 dia, com 18 profissionais. Concluiu discorrendo sobre os impactos positivos das Agências Flutuantes. Isto posto, o Sr.
108 **Rolando Medeiros** sugeriu a criação de uma Agência Itinerante terrestre, focada em atender a zona rural.

109

110 **III – ENCERRAMENTO**

111 Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Felipe Cavalcante e Silva** agradeceu a presença de todos
112 e deu por encerrada a 326ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique
113 devidamente documentado, eu, Ana Paula Nicole, Chefe de Projetos, lavrei a presente Ata, que após lida e achada
114 conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 30 de junho de 2026.